

**AS POSSIBILIDADES DO PROVIMENTO DAS NECESSIDADES SOCIAIS NO
CONTEXTO DA SOCIEDADE NEOLIBERAL: uma análise a partir da comunidade
Gervásio Maia e a sua relação com a Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB**

Fernanda Gomes Mattos e o título do Trabalho

RESUMO

Sob a égide do neoliberalismo a gestão social é diretamente perpassada por inúmeras contradições, sobretudo, políticas. Nesse sentido, o estudo objetivou compreender as relações que perpassam as organizações da comunidade Gervásio Maia – João Pessoa/PB com o órgão gestor municipal dessa capital. Mediante adoção de metodologias quanti-qualitativas e da análise teórica crítica, a pesquisa desenvolvida permitiu constatar que a atual gestão social é influenciada pelos preceitos neoliberais, eivada de contradições, onde ora há o avanço na perspectiva emancipatória da comunidade, ora dá-se o retrocesso em direção da sua desmobilização.

PALAVRAS-CHAVE: Relação entre Estado e sociedade – Gestão social (participativa) – Lideranças comunitárias

1 Introdução

As relações sociais, forjadas à luz dos interesses de classes contraditórios, engendram-se com vistas à manutenção ou à ruptura da ordem capitalista. Atualmente, vive-se o neoliberalismo, entusiasta defensor do sistema de produção vigente. A gestão social, sob a influência e determinações neoliberais, insere-se na relação entre Estado e sociedade, profundamente marcada pelas contradições inerentes a essa relação.

Para manutenção da ordem capitalista teceu-se a ideologia neoliberal de forma a legitimar a sua hegemonia, o que não significa a imposição apenas coercitiva por parte dos seus defensores, a classe dirigente. Na égide do neoliberalismo, ao Estado remete-se um sentido de pseudo-neutralidade, de representante do “bem comum”, como se este não fosse perpassado pelas contradições geradas pela sociedade capitalista. Nessa perspectiva, o Estado apresenta-se

[...] como um instrumento que atende igualmente aos diversos interesses da sociedade em seu conjunto, quer dizer, como uma instância 'deseconomizada' que, considerada sob uma perspectiva eminentemente administrativa, procura elevar os níveis de vida de todos os habitantes, maximizando a igualdade e o bem-estar da população. Tudo isto num pretendido contexto de escassa conflitividade sociopolítica (PASTORINI, 2007, p. 75).

Ora, pensar o Estado como isento das contradições de classe é destituir seu caráter histórico, removendo-o da dinâmica conjuntural que compõe a sociedade capitalista. Trata-se de uma concepção conservadora, cujo objetivo é desmistificar o antagonismo dos interesses de classes presente nessa sociedade. Conforme assevera Harvey (2005), a função do Estado está intimamente relacionada à manutenção da ordem burguesa. Todavia, nada é monolítico, sendo um equívoco imaginá-lo como uma força superior controlada pelas classes dominantes para obtenção exclusiva de seus interesses.

Nesse entendimento, “[...] é inapropriado considerar o Estado capitalista como nada mais do que uma grande conspiração capitalista para a exploração dos trabalhadores” (HARVEY, 2005, p. 88), visto que este se configura como um campo contraditório de lutas políticas e sociais, onde há possibilidades tanto para a dominação/exploração, quanto para as ações e reações das classes subalternas (AMARAL, 2008).

Ainda na mesma perspectiva, Faleiros (2008) explana que o Estado não é um instrumento ilimitado de acumulação do capital. Dessa forma, ratifica-se sua natureza contraditória, visto que:

[...] o Estado é perpassado por interesses do capital e dos trabalhadores e de outros segmentos organizados. Na ótica capitalista, o Estado deve garantir as condições para o funcionamento do mercado, enquanto para os não capitalistas o Estado é a garantia dos direitos de ter necessidades atendidas por critérios fora do mercado. (FALEIROS, 2008, p. 67)

Compreende-se, assim, que ao mesmo tempo que o Estado se encontra ideologicamente submetido aos ditames neoliberais, este também é perpassado pela força e pela lutas das classes dominadas (MONTAÑO, 2007).

Dessa forma, ratifica-se sua natureza contraditória, uma vez que através do Estado é possível a legitimação tanto do projeto de hegemonia das classes dirigentes, que o controla, ligados à concepção neoliberal; quanto à contra-hegemonia derivada dos movimentos de organização política das classes subordinadas, que buscam a construção de uma sociabilidade que extrapole a ordem do Capital, na busca de consolidação de uma nova cultura.

Em torno desse quadro conjuntural, insere-se o objeto desta investigação que objetivou analisar as formas de organização da comunidade, através da atuação de sua liderança, na defesa dos interesses coletivos junto ao órgão gestor municipal da cidade de João Pessoa/PB.

Este estudo configurou-se como uma pesquisa de campo no Conjunto Habitacional “Gervásio Maia” – João Pessoa/PB, realizada em janeiro e fevereiro de 2009. Fundamentou-se analiticamente na perspectiva histórico-crítica da realidade, de recorte dialético-marxista, em torno das mediações macrossocietárias que perpassam as relações sociais. Os sujeitos da pesquisa foram os líderes comunitários do Conjunto Habitacional, construído através do Programa Habitacional de Interesse Social – Lei 518, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP mediante a metodologia do Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS.

O universo da pesquisa era composto de 18 lideranças. Para desenvolver a pesquisa, formulou-se a amostra, de caráter aleatório por acessibilidade. “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma representar o universo” (GIL, 2008, p. 97). A amostra constituiu-se de 55,5%, ou seja, 10 (dez) líderes comunitários.

Na fase de coleta de dados os instrumentos e técnicas utilizados foram: a entrevista semi-estruturada junto aos líderes comunitários e a observação assistemática; na análise dos dados foi adotada a abordagem quanti-qualitativa onde foi utilizado o método de triangulação (MINAYO, 2005) em que se procedeu à interlocução entre a análise dos dados empíricos via a categorização temática (BARDIN, 2007), a análise estatística descritiva através do uso de Tabelas, Gráficos e Quadros, e, a análise teórica de autores que estudam as categorias que perpassam o objeto deste estudo.

2 Possibilidades da Gestão fomentadora da Participação Social no Conjunto Habitacional “Gervásio Maia” em João Pessoa/PB: uma análise a partir das lideranças comunitárias

A análise adotada centra-se nas possibilidades de uma organização da comunidade, fomentadora da participação social, fundamentada em princípios democráticos em um contexto de um programa social desenvolvido em âmbito municipal, bem como nas contradições advindas dessa relação, atravessadas por interesses divergentes sob a égide da sociedade capitalista.

Os dados apresentados e analisados, inicialmente, referem-se ao levantamento das necessidades da comunidade segundo as lideranças, à frequência com que as lideranças procuram a Prefeitura Municipal de João Pessoa para expressar tais necessidades, as dificuldades encontradas para manter esse diálogo e o nível de atendimento das necessidades da comunidade pela gestão municipal.

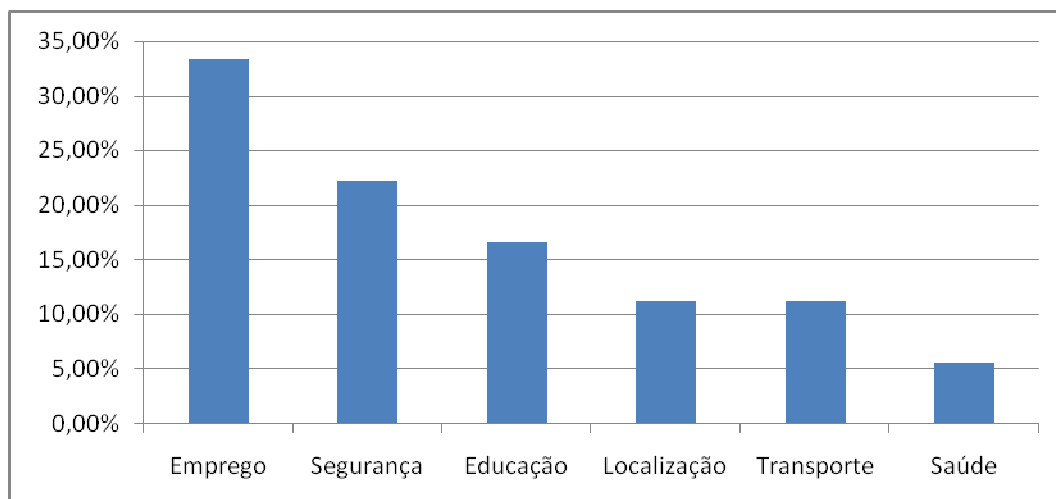


GRÁFICO 1. Dificuldades encontradas na comunidade segundo as lideranças. João Pessoa, 2009
Fonte Primária, 2009

Questionados a respeito das principais dificuldades encontradas na comunidade, as lideranças, em sua maioria, responderam emprego (33,3%). Como uma das expressões da questão social mais expressiva na sociedade atual, em sua forma estrutural e conjuntural, o desemprego é reflexo direto do modo de produção capitalista. Trata-se de uma permanente massa de desempregados que não encontram compradores para a sua força de trabalho (BRAZ; NETTO, 2007). No cotidiano das famílias, a situação do desemprego desdobra-se em tantas outras, reduzindo assim a qualidade de vida dessas famílias.

Segundo Maranhão (2008, p. 94), na sociedade atual,

Enquanto a economia capitalista vem demonstrando uma enorme capacidade de reestruturar continuamente seus mecanismos de acumulação [...] o tempo médio de procura por trabalho tem crescido. O mundo industrializado se caracteriza, cada vez mais, pelo desemprego de longa duração, que está privando uma parcela considerável de trabalhadores da possibilidade de sustento.

Assim, verifica-se que à medida que a sociedade capitalista renova suas bases de acumulação em favorecimento à reprodução de suas condições materiais de existência (IAMAMOTO, 2001)¹, as condições de sobrevivência dos trabalhadores neste modo de

¹ Alicerçado na teoria marxiana, como nos mostra Iamamoto, entendemos que “[...] o regime de produção capitalista é [...] tanto quanto] um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sócio-histórico-econômicas de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações contraditórias e formas sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 11). Nesse conceito, o modo de produção capitalista não pode ser considerado apenas como um processo de reprodução material, mas também de relações sociais para sua própria continuidade. Também fica evidente a consideração das condições sociais, econômicas e históricas desse processo, para não cair na armadilha de considerar esse processo natural, com consequências graves para a politização da questão social. Para uma análise crítica, deve-se considerar a historicidade do processo e todas as relações que o circundam.

produção desencadeiam situações de extremas necessidades sociais, tendo como ponto de partida a permanente massa de desempregados que esse comporta.

A segurança (22,2%) foi a segunda necessidade mais citada. A violência expressa-se das mais variadas formas, sendo os relatos inúmeros, inclusive de violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, torna-se necessário enfatizar que o fenômeno da violência é resultado de múltiplas causas, determinadas e correlacionadas social e economicamente, para não cair na armadilha de problematizar esse fenômeno a partir de preceitos individualistas, responsabilizando o indivíduo por tal.

Em seguida, a educação (16,6%) vem representar mais uma das necessidades sociais do Gervásio Maia. As dificuldades expostas referem-se à falta de infra-estrutura das escolas e da creche da comunidade para atendimento das demandas de toda a comunidade. Entretanto, convém recordar que, segundo princípios constitucionais, a sociedade tem “[...] o direito e a liberdade de ensino com qualidade como meio de crescimento pessoal e de cidadania, onde o Estado tem a plena responsabilidade de garantir a educação para todos” (LOPES, 2006, p. 03).

A respeito da localização da comunidade (11,1%), as lideranças se referem a distância da comunidade para atividades cotidianas, tais como trabalho, bancos, correios, serviços em geral. Nesse sentido, torna-se pertinente enfatizar que durante as entrevistas, das 10 lideranças, 03 afirmaram que a casa não é suficiente para a moradia digna. Os entrevistados remetem a necessidade de incluir as famílias alocadas em uma sociedade, onde possam usufruir dos serviços básicos inerentes a toda a sociedade, indo de encontro a visão de que prover as casas e projetá-las nas periferias da cidade é suficiente.

Para tanto, torna-se pertinente a concepção ampla de habitação. Entendê-la como espaço não apenas material, mas econômico, político e social é fundamental para a compreensão da sua dimensão política. Para isso, extrapolar a visão de moradia, como unidade habitacional que seria unicamente necessária para a condição de dignidade humana, é um passo fundamental para a abrangência política de sua dimensão, a partir do momento em que outras questões surgem atreladas a esta. Desse modo, o acesso aos serviços urbanos e a outras políticas sociais fazem parte da dinâmica sócio-econômica que compõem o quadro de moradia digna, escapando assim da presunção de que esta se resume a garantia de um teto, mantendo-se assim as estruturas reprodutoras da condição de indignidade humana a que muitas famílias estão submetidas.

O transporte (11,1%) também é citado como necessidade da comunidade. As linhas de ônibus municipais lentamente estão sendo implementadas, a partir de reivindicações advindas da própria comunidade. O transporte público, conforme disposto na Constituição Federal do Brasil, é um serviço essencial prestado à população. Dele dependem diariamente inúmeras pessoas, no tocante ao trabalho, ao lazer, diversas situações básicas,

tanto para a sobrevivência, quanto para a qualidade de vida da população. Para tanto, afirma-se a extrema necessidade de uma rede pública de transporte de qualidade.

Em relação a saúde (5,5%), há uma Unidade de Saúde da Família na comunidade, que segundo as lideranças, enfrentam dificuldades que comprometem sobremaneira o atendimento as suas demandas.

Inserida no tripé da Seguridade Social brasileira, juntamente com a Previdência Social e a Assistência Social, a saúde instituiu-se enquanto direito universal e dever do Estado via políticas públicas no marco da Constituição Federal, de tal forma que a Política Social da Saúde deve possibilitar um tratamento abrangente à saúde pública baseada nos princípios da referida legislação. Entretanto, a mesma insere-se na conjuntura de desmantelamento das políticas sociais liderada pela ofensiva neoliberal. São várias as dificuldades a ela impostas por tal conjuntura.

Nesse contexto, dentre as contradições que perpassam os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS e os preceitos neoliberais, Campos (2006, p. 137) expõe que “[...] o SUS rema contra a maré, já que vem sendo implantado em um contexto cultural e político que dificulta a estruturação de políticas públicas”. Contudo, é a partir de uma perspectiva crítica que compreende as especificidades de tais contradições, é que se torna possível a elaboração de estratégias de enfrentamento na busca de efetivação das diretrizes deste. Assim, as dificuldades encontradas na comunidade Gervásio Maia, no tocante a esta política, são dificuldades de ordem estrutural, que para serem enfrentadas exigem um reordenamento das relações sociais circunscritas, abrangendo inclusive a necessidade de ações propositivas advindas da própria comunidade.

60% das lideranças afirmaram que mantêm o diálogo com a Prefeitura “- *sempre que precisam*”. Desse modo, 40% das lideranças disseram não procurar a Prefeitura para dialogar acerca das necessidades da comunidade. Dentre as justificativas dadas, 03 lideranças afirmaram que “- *não tem interesse*”; e 01 justificou que “- *a função de articulação política é delegada a outro*”.

A respeito da falta de interesse indicada por 03 lideranças, fica o seguinte questionamento: como pode uma liderança comunitária representar politicamente os interesses de sua comunidade se a esta não interessa a devida articulação/negociação com o órgão gestor municipal²? Na verdade, os próprios interesses dessas lideranças ficam comprometidos, tendo em vista que manter-se alienado à política configura-se como uma forma de apoiar incondicionalmente as decisões do governo (DALLARI, 1999) nem sempre benéficas para a comunidade.

² Entende-se que a devida articulação com o órgão gestor municipal não é a única possibilidade de luta de determinada organização política comunitária, mas se considera essencial para avançar na gestão social, fundada em preceitos democráticos.

A importância do poder local no processo de potencializar a participação na gestão social é indiscutível, mas, esta é possível a partir da adoção de uma gestão inovadora, nos termos de Silva (2004, p. 82) em que “[...] as negociações são tomadas através da negociação entre os técnicos e a comunidade, com a participação efetiva da sociedade”. Trata-se de um modelo que exige uma gestão fundamentada em princípios democráticos na relação entre o órgão gestor municipal e a comunidade e/ou as suas lideranças.

Entre os 40% dos entrevistados que afirmaram não procurar dialogar com a PMJP, as justificativas foram as seguintes: a função de articulação política é delegada a outro da organização, portanto, não lhe dizendo respeito (10%); e que a articulação com a Prefeitura não interessa (30%).

Em relação à delegação da tarefa de articulação política, a resposta refere-se às funções distribuídas dentro do Conselho dos Moradores do “Gervásio Maia”. Tal organização se institui em setores subdivididos em temáticas: educação, articulação política, etc. Nesse caso, a liderança entrevistada não pertence ao setor de articulação política, o que não a isenta de reivindicar os direitos da comunidade, enquanto seu representante.

Outro aspecto que pode comprometer o desenvolvimento da mobilização da comunidade é a alienação acerca da instrumentalidade para materializá-la. Questionadas sobre as formas de mobilização desenvolvidas na comunidade, das 06 lideranças que afirmaram manter diálogo com a Prefeitura, 02 não responderam quais são as formas de mobilização, ou seja, dizem participar, mas não sabem como. De acordo com Peruzzo (1998), a participação popular deve ser fruto, além de decisões políticas, de metodologias operacionais que a materialize. Sem a consciência dos instrumentos/técnicas através da qual a participação se desenvolve, há o comprometimento do processo de participação dessa comunidade. As formas de mobilização citadas foram reuniões, termos de reivindicação, ofícios, comissões para representação e plenárias.

O atendimento das necessidades da população através do Estado via políticas sociais decorre da relação sócio-política entre Estado, sociedade e mercado. Apesar de o Estado ter como função principal a manutenção das relações propícias à relação de exploração/dominação no seio da comunidade, em detrimento dos interesses gerais das classes subalternas, este não pode isentar-se de tais influências. É nessa perspectiva que se torna importante a comunidade continuar a expor suas necessidades e a exigir respostas para elas, visto que sua representação indica visibilidade para suas necessidades, e, ao mesmo tempo, impele o poder executivo a reconhecê-la, conforme observa Mota (2008, p. 25): “[...] é somente quando os trabalhadores se organizam como sujeito coletivo, dando voz aos interesses e necessidades [...] as classes dominantes adotam medidas de enfrentamento da questão social”.

Porém, a maior recorrência nos dados apresentados é em relação ao não atendimento das necessidades (90%).

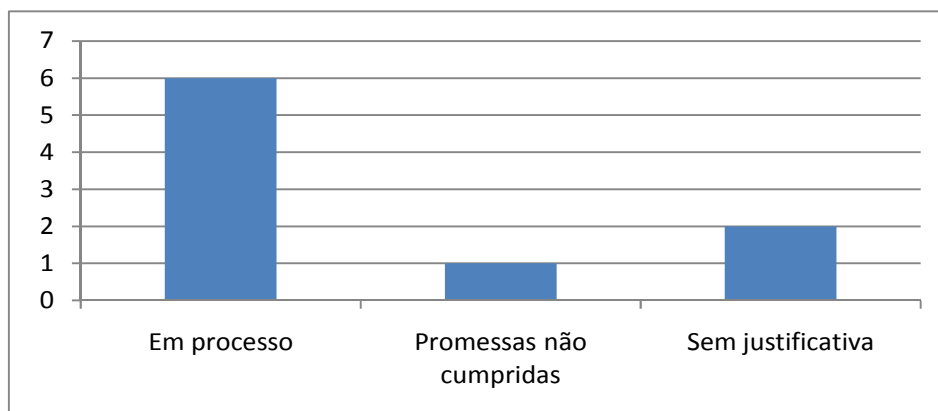


Gráfico 2 – Não atendimento das necessidades da comunidade segundo as lideranças entrevistadas. João Pessoa, 2009
Fonte: Primária, 2009

Dentre o percentual que nega o atendimento às necessidades, encontram-se duas justificativas: a de que as necessidades ainda estão sendo atendidas, portanto em processo (60%); e a de que não foram atendidas, são promessas não cumpridas (10%); e duas lideranças não justificaram o porquê das necessidades não estarem sendo atendidas (20%).

A baixa incidência na afirmativa de atendimento as necessidades, nos remete a articulação das necessidades humanas ao sistema de produção capitalista, tendo em vista que enquanto existir um sistema que produza e reproduza expressões da questão social continuamente na sociedade, as necessidades sociais serão constantes e sempre renováveis. Nesse aspecto, Viana e Levcovitz (2005) ratificam tal entendimento, quando afirmam que as necessidades sociais se originam e se reproduzem nas relações de desigualdades impostas pelo modo de produção que não suporta a igualdade, gerando fatores políticos, sociais e culturais que reproduzem continuamente as necessidades sociais.

Acerca das dificuldades ou não para dialogar com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, segundo 80% das lideranças entrevistadas, não há dificuldades. As justificativas mencionadas são: a articulação organizada da comunidade, através de reuniões, comissões representativas, ofícios elaborados por toda a comunidade; a Prefeitura Municipal ser passível ao diálogo; e o conhecimento de “pessoas certas”.

A articulação da comunidade para dialogar com a gestão municipal indica que a comunidade utiliza-se de sua capacidade organizativa para buscar respostas das suas necessidades via mobilização política. Nesse sentido, a Prefeitura encontrar-se aberta ao diálogo se torna um passo importante para a efetivação da participação, pois abre espaço para a democratização do poder. Entretanto, torna-se pertinente a devida cautela da população, bem como o acompanhamento crítico à dinâmica social, pois, conforme aponta

Demo (1999), muitas vezes a estratégia de organização de governo serve para sua legitimação e não como instrumento de divisão de poder, comprometendo sobremaneira a possibilidade de uma prática democrática.

Duas lideranças não souberam justificar o porquê da facilidade para dialogar com a PMJP. Há de se ter o cuidado da desmobilização ser tão sutil que a organização não a percebe. Ademais, a participação corre o risco de assumir formas de mera formalidade burocrática (RONCONI, 2009), prejudicando em potencial sua efetividade, no que diz respeito aos interesses da comunidade. Sobre esse risco Singer (1998) alerta, ao enfatizar que os espaços criados para a participação no âmbito institucional podem, potencialmente, ser esvaziados de tal perspectiva, via a burocratização e a descaracterização enquanto espaço de negociação política.

Dentre as afirmativas dos entrevistados de haver dificuldades (20%), a interferência para se comunicar com gestores e as “promessas” são consideradas como fatores que visam desmobilizar a comunidade. São questões que indicam a possibilidade de uma gestão burocrática que objetiva a desmobilização através de promessas de respostas as necessidades sociais que não se efetivam ou, talvez, de forma individual.

Os interesses individuais sempre perpassaram as relações políticas, sobretudo no ideário da sociedade neoliberal. Destarte, a nova cultura da gestão participativa embasada pós Constituição Federal de 1988 sofre atentados diários de perspectivas políticas conservadoras, ainda regulamentadas pelo autoritarismo, coronelismo, paternalismo, personalismo e afins. Depreende-se que a gestão política no Brasil, inclusive em nível municipal, tem o desafio de ultrapassar essas características conservadoras que se encontram enraizadas, para assim, ser possível a transposição da gestão social meramente burocrática, formalizada para a de caráter participativo e democrático.

3. Considerações Finais

Este estudo investigativo objetivou analisar as implicações das contradições inerentes da sociedade capitalista na relação entre Estado e sociedade, na realidade empírica da comunidade “Gervásio Maia”, usuária de um Programa Habitacional Municipal, e da sua relação com o referido órgão gestor municipal de João Pessoa/PB no provimento de suas necessidades. A partir da leitura dos dados empíricos foram levantadas constatações pertinentes acerca dessa relação, o qual revela avanços e retrocessos em sua dinâmica.

As lideranças da comunidade “Gervásio Maia”, em sua maioria, buscam manter o diálogo constante com a Prefeitura Municipal de João Pessoa para expressar suas

necessidades, o que revela que, apesar das dificuldades encontradas para se manter tal diálogo, entre a comunidade e este órgão gestor há a possibilidade de uma interlocução capaz de verdadeiramente conhecer e responder as demandas sociais da comunidade. A despeito da fragilidade de tal relação, identificou-se que a comunidade mostra sua identidade e expressa suas necessidades, reivindica respostas através de mobilização e organização próprias, momento este em que impõe seus interesses. Comprova-se assim a importância dada pelas lideranças à sua organização, pois é a partir desta que a comunidade avança na luta pelos seus direitos.

Entretanto, contraditoriamente, o diálogo daí decorrente e os canais de participação emergentes dessa relação podem se configurar como meios que dificultam a mobilização e a participação da comunidade, bem como a resposta às suas necessidades, visto que há a possibilidade de desmobilização da comunidade a partir de tais desdobramentos, ao passo que nessa relação os interesses da população moldam-se aos interesses do gestor municipal.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana. A categoria sociedade civil na tradição liberal e marxista. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde (SUS): um modo singular de produzir política pública. *In*: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVII, n. 87, setembro 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos; 104)

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**: noções de política social participativa. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**: as funções da assistência e da previdência sociais. 11 ed, São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço Social**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências)

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *In*: **Temporalis**. Ano II, n. 03 – Janeiro a Junho de 2001.

LOPES, Eleni de Melo Silva. Serviço Social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. **Serviço Social em Revista**. Londrina, Ano 2006, Volume 08, n. 02. Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_eleni.htm>. Acesso em 07 fev. 2009.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edimilsa Ramos de. **Avaliação por Triangulação de Métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1)

PASTORINI, Alejandra. As políticas sociais e o Serviço Social. Instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? *In*: MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

PERUZZO, Cecilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. 2.ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Os Dilemas Gerenciais do Serviço Social**. Disponível em < http://www.portalsocial.ufsc.br/publicacao/dilemas_gerenciais.pdf>. Acesso 20. Fev 2009.

SINGER, Paul. Desafios com que se defrontam as grandes cidades brasileiras. *In*: SOARES, José Arlindo; CACCIA-BRAVA, Silvio (orgs.). **Os Desafios da Gestão Municipal Democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Gustavo Tavares da. Gestão Pública e transformação social no Brasil. *In*: HERMANN, Klaus (Org.). **Participação Cidadã**. Novos conceitos e metodologias. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004, p. 61-86.

VIANA, Ana Luiza d’Ávila; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção social: introduzindo o debate. *In*: VIANA, A. L.; ELIAS, P. E. M.; IBANEZ, N. **Proteção social**: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.